

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dinho do Grêmio, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 284/17 (Processo nº 2608/17), de autoria de Cassio Trogildo; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 199/17 (Processo nº 1704/17), de autoria de Mauro Zacher. Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança, do dia vinte e três ao dia vinte e cinco do corrente, em substituição a Reginaldo Pujol, o suplente Dinho do Grêmio, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando-lhe que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada Declaração de autoria de Nelcir Tessaro, informando seu impedimento em assumir a vereança do dia vinte e três ao dia vinte e cinco de agosto do corrente. Após, por solicitação de José Freitas e Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a João Vitor Gomes e Pedro Calembo e a Valdevino Francisco da Silva, respectivamente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Fabiano Camilo, da Associação Cultural de Estudos Filosóficos do Rio Grande do Sul, que discorreu sobre serviços prestados à comunidade porto-alegrense pela Organização Internacional Nova Acrópole. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Felipe Camozzato, Tarciso Flecha Negra, Adeli Sell, André Carús, Sofia Cavedon, Ricardo Gomes e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze horas e quarenta e seis minutos. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia dezenove do corrente. Após, foi aprovado Requerimento verbal, de autoria de Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em prosseguimento, foi apregoado o Memorando nº 016/17, assinado por Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Mônica Leal e Sofia Cavedon. A seguir, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “g”, do Regimento, o

Presidente concedeu TEMPO ESPECIAL a José Freitas, que relatou sua participação, em Representação Externa deste Legislativo, no dia dezenove de outubro do corrente, na instalação da Frente Parlamentar Mista pela Causa da Psoríase e Artrite Psoriásica, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília – DF. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, discutido por Sofia Cavedon, Cassiá Carpes e André Carús. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Durante a Sessão, Ricardo Gomes, manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Niki da Silva, Assistente Legislativa do Congresso de Indiana, Estados Unidos da América. Às quinze horas e quarenta minutos, constatada a inexistência de quórum, na chamada para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença da Sra. Niki da Silva, que é de Indiana, Estados Unidos, e está visitando o Rio Grande do Sul pela organização Partners of the Americas, com financiamento do Departamento de Estado dos Estados Unidos. O objetivo dessa organização é conectar os cidadãos dos Estados Unidos com os da América Latina e Caribe para melhorar o entendimento da cultura e das instituições entre os povos das Américas. A missão específica que Niki está representando oferece a oportunidade de troca entre os Estados irmãos Indiana e Rio Grande do Sul. Atualmente ela trabalha como assistente legislativa no Congresso de Indiana.

O Suplente Dinho do Grêmio, em função da impossibilidade de o Suplente Nelcir Tessaro assumir a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Reginaldo Pujol. Solicito ao Suplente Dinho do Grêmio que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Ver. Dinho do Grêmio prestará a seguir.

O SR. DINHO DO GRÊMIO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Dinho do Grêmio. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Dinho do Grêmio, e V.

Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, entre os dias 23 e 25 de outubro de 2017.

O SR. JOSÉ FREITAS (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dos alunos que foram dizimados, em Goiânia, pelo próprio colega. São eles João Vitor Gomes e João Pedro Calembo.

Gostaria de adiantar aos colegas que hoje protocolei uma Moção de Solidariedade à professora, a coordenadora do Colégio Goyases, Sra. Simone Maulaz Elteto. Conto com o voto de todos os colegas.

O SR. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Delegado Valdevino Francisco da Silva, que foi o primeiro chefe do GOE – Grupamento de Operações Especiais – no Rio Grande do Sul.

O SR. RICARDO GOMES (Requerimento): Sr. Presidente, quero requerer que, neste mesmo minuto de silêncio, pudéssemos homenagear as duas vítimas fatais e os demais feridos, que foram alvo de um ataque a uma festa em Gravataí nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Cultural de Estudos Filosóficos do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo aos serviços prestados à comunidade pela Organização Internacional Nova Acrópole, em Porto Alegre. O Sr. Fabiano Camilo, associado, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. FABIANO CAMILO: Muito boa tarde a todos; Sr. Presidente, Srs. Vereadores e demais representantes da cidadania porto-alegrense; é com muita honra e alegria que eu, um dos membros fundadores desta instituição em Porto Alegre, a Nova Acrópole, venho colocar assento às atividades, que, há 30 anos, temos desenvolvido, diríamos que cada vez com mais desenvoltura. São atividades lincadas à sociedade porto-alegrense no sentido de trabalhar através de três pilares, que são a cultura, o voluntariado e a filosofia. A Nova Acrópole, no mundo, conta com mais de 60 cidades, onde são desenvolvidas as mais diversas atividades, e muito nos orgulha estar numa cidade como a nossa Porto Alegre, que também é minha cidade. Aqui, já há 30 anos,

temos desenvolvido muitas atividades, todas elas relacionadas à cultura, ao voluntariado, à filosofia. São ações sociais das mais diversas características, ações ligadas à atenção ao menor carente, aos idosos e, também, atividades educacionais para todas as faixas etárias, porque acreditamos que a educação é, de alguma forma, um dos principais patrimônios do ser humano e que jamais deve cessar. A criança, o adolescente, o jovem, o adulto e mesmo o ancião necessitam crescer enquanto alma, crescer enquanto ser humano, crescer enquanto cidadão, e as atividades da Nova Acrópole vêm sempre ao encontro desses objetivos.

Um dos principais objetivos que trabalhamos é o desenvolvimento dos valores éticos, dos valores morais, que vemos tão necessários em todos os momentos; e, no momento que passamos hoje no nosso País, mais do que nunca. Todas as atividades que desenvolvemos são feitas, desenvolvidas por membros voluntários. Nos nossos quadros de voluntários, contamos com as mais diversas pessoas, com as mais diversas formações, profissões, idades. São pessoas que simpatizam, de uma forma ou de outra, com uma melhoria geral dos padrões de vida e dos padrões de formação da sociedade e que acabam sendo contagiadas pelo desenvolvimento de um trabalho voluntário, um trabalho voluntário consciente. Sabemos que sempre que tentamos servir a coletividade, gerar um sentido maior ao trabalho que fazemos, ao serviço que fazemos, isso nos torna realmente importantes para a sociedade e acaba valorizando essas atividades. Então, vamos vendo que, à medida que nós, enquanto voluntários, servimos, vamos nos tornando também pessoas melhores. Através da formação que se oferece aos voluntários da Nova Acrópole, não interessa a idade, a sua profissão ou vocação, se oferece como elemento ou eixo dessas atividades a formação filosófica, seja através dos ensinamentos da filosofia, dos ensinamentos da história ou dos ensinamentos dos grandes valores culturais que o homem tem desenvolvido através da história. Nós vamos construindo uma condição mais consciente da atitude voluntária em todos esses que participam das nossas atividades. Cada vez mais, agradecemos o reconhecimento da nossa Cidade e da população do nosso Estado. A nossa cidade de Porto Alegre tem acompanhado as nossas atividades e tem buscado também a Nova Acrópole como um local para desenvolver as suas atividades voluntárias.

Uma das questões importantes que queremos deixar clara é que devemos sempre, de uma forma ou de outra, enaltecer os valores do voluntariado, os valores da filosofia, os valores que têm como objetivo tornar o ser humano melhor, porque queremos uma cidade melhor, no caso de Porto Alegre, e temos trabalhado por isso. Quero agradecer esta oportunidade, este momento nesta tribuna. Sei que muitos Vereadores que conhecemos e simpatizam com as atividades da nossa instituição já têm colaborado; a eles fica a nossa gratidão. Aqueles que ainda não conhecem as atividades da Nova Acrópole, nós convidamos a conhecer. Uma das grandes vitórias que consolida e afiança o nosso trabalho é justamente o ponto onde nos encontramos hoje, que é um ponto bastante central na Cidade: na Praça da Matriz, no sentido oposto de onde se encontra a Assembleia, no Solar Palmeiro. Lá é onde desenvolvemos as mais diversas atividades todos os dias da semana, estando próximos à comunidade e ao grupo de pessoas que se dispõem a realizar atividades voluntárias. Como já falei, são atividades

voluntárias conscientes através do aprendizado, na Nova Acrópole, dos temas da filosofia, que vão tornar aquele que busca servir à comunidade cada vez mais consciente da sua cidadania, da necessidade de um espírito cooperativo; consciente de que, a partir do momento em que nós conquistamos mais informações, mais conhecimentos, mais valores, temos a obrigação moral de servir mais e mais à comunidade. Assim funciona a forma de trabalho da Nova Acrópole, através desse caudal de atividades que vocês podem acompanhar nesta projeção. Estamos a serviço da nossa Cidade e, fundamentalmente, a serviço dos valores da nossa Cidade, e prontos para atender a projetos sociais, projetos assistenciais, projetos educacionais e culturais que, por ventura, nos toquem.

Agradeço a atenção de todos os senhores. Pretendemos, com este momento na casa da cidadania porto-alegrense, agradecer a colaboração e a oportunidade. Seguiremos, quem sabe, por mais 30 ou mais anos servindo aos porto-alegrenses de maneira voluntária, fazendo desta Cidade um lugar melhor para vivermos um pouco mais felizes e um pouco mais conscientes do que é ser cidadão e do que é participar de uma sociedade comum a todos, igualitária, fraternal e, por que não dizer, mais humanizada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Fabiano Camilo a fazer parte da Mesa. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Fabiano, é um prazer tê-lo na Câmara de Vereadores; na sua pessoa, gostaria de parabenizar os 30 anos de atividades da Nova Acrópole. Eu sou suspeito para falar, já que os acompanho com relativa proximidade, a minha chefe de gabinete participa ativamente das atividades, e, também, por já ter estado, junto com voluntários do partido NOVO, ouvindo uma das suas palestras. Parabenizo a iniciativa, é fundamental elevar o nível de consciência e de educação na nossa Cidade alicerçado em valores tão nobres quanto os de vocês. Parabéns pela iniciativa, é um prazer tê-los na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Em nome do PSD, quero cumprimentar o Fabiano – parabéns. Fiquei atento ouvindo algo que eu tenho comigo desde pequeno: ética é de cada um de nós. Eu posso ajudar os meus filhos, as pessoas que me rodeiam, mas a ética é importante em tudo na vida. Tem uma frase muito

importante no convite que diz: “Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir”. Isso é verdade: vento nenhum te ajuda se tu não sabes o que queres e para aonde queres ir. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Nosso caríssimo visitante, a quem já pude cumprimentar na chegada, amigos que tocam adiante a Nova Acrópole, é um prazer ser vizinho de vocês. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Sgarbossa –, quero cumprimentar e desejar vida longa à Nova Acrópole. Neste momento de um mundo coisificado, de um mundo em que os valores do comércio, das trocas se sobrepõem enormemente ao valor da troca de solidariedade e de humanidade, é preciso resgatar a velha e boa filosofia, a conduta, a ética, os bons procedimentos. Que se façam amplos debates e contem sempre, para a divulgação, com o conjunto dos Vereadores desta Casa, que, inclusive, está acolhendo, na Escola do Legislativo, um debate sobre a ética. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Boa tarde, Presidente, colegas Vereadores, queria cumprimentar o Fabiano pelo trabalho. A Nova Acrópole tem os fundamentos que fazem do ser humano um ser reflexivo para a melhoria do seu interior e, obviamente, para a construção coletiva, principalmente, da Cidade em que vivemos. Esse também é o propósito dos nossos trabalhos neste Parlamento. Cumprimentos pelo transcurso deste aniversário de fundação, tenho uma relação muito próxima com o Tiago, que trabalha com vocês. Contem conosco. Quanto mais pudermos levar ao conhecimento da população de Porto Alegre o trabalho que é desenvolvido pela Nova Acrópole, faremos. Falo em nome dos colegas da bancada do PMDB, que se somam a esta homenagem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio, falo pelo PSOL e pelo PT, agradeço as nossas duas bancadas. Eu quero cumprimentá-lo em nome da oposição,

Fabiano, que, inclusive, no dia 7 de novembro, pela Escola do Legislativo, fará uma palestra aqui na Câmara. A gente tem uma admiração muito grande pelo trabalho da Nova Acrópole. Eu estava lendo que é pioneira a sede no Rio Grande do Sul. Está em 60 países e tem um trabalho continuado com voluntários. Normalmente, o trabalho com voluntariado é intermitente, então, é admirável, em especial essa militância pela filosofia, pela apropriação, pela popularização, pela prática ligada à reflexão filosófica. Nós estamos em tempos de redução de filosofia – aliás, filosofia e sociologia – na reforma do Ensino Médio. Há um contrafluxo retirando essas matérias como obrigatórias, isso é um retrocesso brutal no nosso País, uma barbárie. As formas de intolerância que eclodem na sociedade hoje demonstram que o Brasil recua no pensamento reflexivo, na proposta de que as pessoas parem para pensar no que fazem, convidar a juventude a refletir o seu sentido de existência. Acho que é um trabalho maravilhoso. Nós gostaríamos de desejar fortalecimento, colocar as bancadas de oposição à disposição para a expansão, para a interlocução com as redes de ensino, com a cultura. Parabéns. Contem conosco, longa vida à Nova Acrópole! Estava lendo que “acrópole” significa “cidade alta”; então, é elevar a nossa condição humana, que a gente abandona tantas vezes, e aí é só barbárie. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Fabiano, em nome da bancada do Partido Progressista – Ver.^a Mônica Leal, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Cassiá Carpes –, quero me somar aos parabéns já apresentados. O trabalho realizado pela Nova Acrópole é um trabalho de trazer luz, de iluminar as discussões e o aprendizado sobre ciências humanas e sociais na Cidade. É uma discussão que é feita de forma plural, aberta, uma construção do conhecimento do qual esta Cidade tanto se serve. Eu quero, em nome da bancada Progressista, parabenizar e desejar longa vida à Nova Acrópole! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Cassio Trogildo, também queremos registrar os votos do PDT pelo trabalho, especialmente no que diz respeito ao estudo da filosofia. Vi a programação destes próximos meses, também recebi o convite. Queremos estar presentes na comemoração dos 30 anos na nova sede. Parabéns, sucesso e vida longa em nome da bancada do PDT!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Fabiano Camilo, representante da Organização Internacional Nova Acrópole em Porto Alegre. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h46min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, até peço desculpas ao Ver. Moisés, não combinei com ele antecipadamente, mas não sei se é de conhecimento de todos os Vereadores que o Ver. Moisés enfrenta uma situação pessoal importante no tratamento de sua filha, já com oito meses. A esposa do Vereador, Liliane, está em São Paulo com a filha para um tratamento, e eu gostaria apenas de pedir que nós, Vereadores, manifestássemos, com uma salva de palmas, a nossa solidariedade e o desejo de bom início do tratamento e que chegue a um bom resultado para esse Vereador, que é uma excelente pessoa. Com isso, demonstraremos que a nossa amizade por ele transcende qualquer barreira ideológica. Desejamos sucesso e pedimos uma salva de palmas, se V. Exa. autorizar, Presidente. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aprego a Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Airto Ferronato no dia 19 de outubro de 2017.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2745/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018. **Com Emenda nº 01.**

A SRA. COMANDANTE NÁDIA (Requerimento): Boa tarde, Presidente, colegas; pela Procuradoria Especial da Mulher, junto com as Vereadoras Mônica Leal, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, estamos passando às suas mãos um requerimento que solicita a alteração da Resolução de Mesa nº 2.368/2015, que cria e dispõe sobre a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores de Porto

Alegre, para que nessa conste a possibilidade do uso da tribuna pela Procuradora Especial nos meses de março, outubro e novembro, com a finalidade de tratar especificamente sobre temas relacionados às atividades desta Procuradoria. Desde já, esclarecemos que, em março, será abordado o Mês da Mulher; em outubro, o Outubro Rosa, e, em novembro, os 16 Dias de Ativismo, para que as Vereadoras possam falar sobre esta pauta, a questão da mulher. Nós gostaríamos de entregar em suas mãos, pedindo uma atenção especial da Mesa a esta solicitação das Vereadoras. Muito obrigada.

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Devidamente recebido, vamos encaminhar para os procedimentos regimentais.

O Ver. José Freitas está com a palavra em Tempo Especial, para relato de viagem.

O SR. JOSÉ FREITAS: Boa Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; no último dia 19, quinta-feira, eu estive representando esta Casa, em Brasília, na instalação da Frente Parlamentar Mista pela Causa da Psoríase e Artrite Psoriásica. Nós votamos aqui um projeto meu que virou a Lei nº 12.247, que institui a Rede de Atenção às Pessoas Portadoras de Psoríase. Nós fomos convidados para ir a Brasília na instalação dessa frente, porque esta Câmara de Vereadores de Porto Alegre é a primeira do Brasil que fez um projeto em atenção a portadores de psoríase. A situação, meus amigos e companheiros, é muito grave. Gostaria da atenção dos colegas Vereadores para as imagens que vou apresentar.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

O SR. JOSÉ FREITAS: As imagens são bastante chocantes, isso aí é psoríase. Nós temos em torno de 3% da população brasileira com psoríase, isso dá em torno de 5 milhões de pessoas portadoras dessa doença. Em Porto Alegre, nós temos em torno de 44 mil pessoas portadoras de psoríase.

Eu estive em Brasília agora, quinta-feira, representando a Câmara de Vereadores. Nós fomos a primeira Câmara do Brasil a fazer um projeto, preocupados com os portadores de psoríase. A primeira Câmara do Brasil, por isso fomos convidados. Nós aprovamos aqui um projeto meu, originando a Lei nº 12.247/17, que institui a Rede de Atenção às Pessoas Portadoras de Psoríase. Em Porto Alegre, são 44 mil portadores dessa doença. Muitos deles tiram a sua própria vida, porque eles passam, quando no estágio grave, a não ter condições de fazer um tratamento. Para uma pessoa num caso grave, avançado, o tratamento fica em torno de R\$ 80 mil. Gostaria de chamar atenção dos colegas Vereadores para que fizessem contato com os seus Parlamentares em Brasília. O meu já se empenhou na causa, já se empenhou, junto à Frente Parlamentar Mista pela Causa da Psoríase, que foi instalada lá, no dia 19, com,

inclusive, três deputados médicos, que estão na dianteira nessa frente. O pior problema é que falta sensibilizar o Governo Federal. Inclusive, tem a Psoríase Brasil, que luta por esta causa e tem tentado, há anos, sensibilizar o Governo Federal, para que venha a disponibilizar recursos para o tratamento dessas pessoas. Já sentaram várias vezes com o Ministro da Saúde, tanto o atual como o anterior, e não conseguiram sensibilizar. O Governo Federal não tem reservado orçamento para essas pessoas, para essa população que, repito, no Brasil, são 5 milhões. Em Porto Alegre são 44 mil pessoas portadoras de psoríase. Estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, no dia 29 de outubro é comemorado o Dia Mundial da Psoríase. Quero fazer um convite aos colegas Vereadores para, no dia 31 de outubro, receber a presidente da Psoríase Brasil, Sra. Gládis Lima, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual faço parte. Um abraço a todos. Vamos nos engajar nesta causa.

O Sr. Cláudio Conceição: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. José Freitas, em nome da bancada do Democratas, quero parabenizar essa iniciativa, que coloca a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, através da tua atitude, numa condição diferenciada, de relevância. Parabéns por este olhar diferenciado a esta multidão que é invisível, que a gente não consegue ver. Parabéns por ter esse olhar tão diferenciado, voltado para aqueles a quem as pessoas não querem ver. Olhando estas fotos aqui, elas causam espanto, tristeza, angústia, e eu me coloco no lugar dessas pessoas: enquanto há, no Brasil, desvio de dinheiro, verbas indo para o ralo, podendo ser aplicadas em tantas frentes como essa, a tua atitude precisa ser valorizada. Venho aqui parabenizar e me coloco à disposição para a gente fazer essa caminhada junto. Parabéns, estamos juntos!

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Freitas, nosso colega, integrante da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o debate sobre a psoríase é importante, como o senhor bem referiu da tribuna. Nós já acolhemos o pedido, vamos promover uma reunião específica, porque é de pouco conhecimento da sociedade os impactos dessa doença no dia a dia das pessoas que sofrem com ela, ou, até mesmo, daquelas que não têm nem conhecimento ainda que podem vir a sofrer. Cumprimentos pela iniciativa, já temos debatido esses e outros assuntos na Comissão, muitos deles propostos por Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FREITAS: Nós poderíamos, Carús, através da Comissão, acionar também o Governo Federal.

O Sr. André Carús: Sem dúvida, vai ser um dos encaminhamentos da reunião.

O SR. JOSÉ FREITAS: Muito obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; vou abrir esta discussão do Orçamento de 2018 lendo uma notícia de jornal de uma das leis que nós aprovamos: “Refis da Capital rende R\$ 3 milhões”. Esta notícia é do dia 16 de outubro, há poucos dias, ela é bem nova. “A Receita Municipal de Porto Alegre renegociou R\$ 3,4 milhões em dívidas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o principal tributo municipal. O número corresponde a 10% da meta estipulada, que é de R\$ 30 milhões, conforme o Superintendente da Receita Teddy Biassusi. Desde o dia 18 de setembro, entraram em caixa R\$ 600 mil para pagamento de despesas da gestão municipal. O prazo para adesão encerra em 31 de outubro. A última edição havia ocorrido em 2015, quando foram renegociados R\$ 60 milhões. O Superintendente ainda prevê que os valores aumentem na última semana, período de maior procura por parte das empresas. O programa permite a renegociação de dívidas com desconto de até 80%, à vista, em multas e juros; e 60% para quem parcelar em 36 vezes.” Enfim, tem mais detalhes ali de multa por infração, por não pagar. Por que eu quero me referir a ele? Porque essa foi uma das medidas que nós aprovamos, apesar de termos restrições a Refis, que, às vezes, pensamos que é uma faca de dois gumes, porque estimula devedores, que sempre preveem uma anistia lá na frente e deixam de pagar. Ficamos sempre divididos se fazemos esse tipo de medida ou não, mas como foi uma decisão de Governo, encaminhada a esta Casa para constituir receita, nós entendemos de apoiar, a nossa bancada apoiou. Eu quero dizer isso porque também apoiamos e tentamos aprimorar o projeto do IPTU. Acho que o Prefeito tem grandes falhas no sentido de não dialogar com a Cidade de maneira mais profunda, continuada e séria, porque, se o fizesse, teria aprovado um projeto do IPTU, talvez não na dimensão que ele desejava, talvez não o aumento do valor venal, acho que esse era o principal problema. No entanto, ele dispensou o diálogo com a Cidade, tinha suprimido as rodadas do Orçamento Participativo e acabou procurando os fóruns de delegados do Orçamento Participativo quando o projeto já estava aqui na Câmara – foi, inclusive, uma maneira artificial de retomar o fórum de delegados do Orçamento Participativo. Por que eu falo isso? Porque, claro, este orçamento, Prof. Alex, assim como a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, veio para cá sem, no mínimo, um instrumento da rodada do Orçamento Participativo participar da sua construção. Então, é um orçamento que, segundo a notícia, veio com déficit, e é um orçamento que não tem a verificação do que a Cidade prioriza, muito menos a verificação de sugestões, porque nós sempre discutimos no Orçamento Participativo receita e despesa, apesar de não ter decisões mais votadas sobre as receitas, as decisões sobre as despesas eram muito discutidas, eu me lembro que pessoal era discutido, vários temas eram discutidos no Orçamento Participativo. Nós poderíamos, assim como a perspectiva aqui é de levantar R\$ 30 milhões, este ano, através deste modesto Refis, ter construído um instrumento de uns dez anos para recompor de forma mais justa o IPTU. Eu quero, nesse sentido, dizer que conversei com ex-Governador e ex-Prefeito Olívio, porque na

sua época foi feita a análise da planta de valores, e, na época em que o Olívio assumiu, 1989, também tinha sido feito um Refis, pelo Prefeito Collares, um Refis, segundo o Olívio me relatou, que foi uma barbaridade. Não sei como, naquela época, passava isso na Câmara de Vereadores – não sei se há algum Vereador dessa época aqui. Os devedores foram chamados em novembro e em dezembro, depois de eleito novo Governo, e a redução era na própria dívida, não era 80% dos juros ou das multas, era na própria dívida: devia R\$ 10 mil, pagava R\$ 5 mil, quando não era menos. Então acho que vale recuperarmos isso na história de Porto Alegre, porque essa, sim, é uma prática predatória às finanças.

Quando o Prefeito assumiu, o plano de carreira, que também está em debate... Eu acredito que o Prefeito está pensando num congelamento de pessoal, eu não pude destrinchar o orçamento sobre o tema de pessoal. O plano de carreira tinha sido votado aqui em dezembro de 1988, nesta Casa, neste espaço; um plano de carreira lutado, conquistado pela categoria, há 31 anos. O primeiro ano de aplicação do novo plano de cargos e salários, que hoje é questionado pelo Prefeito Marchezan, foi no primeiro mês do Governo Olívio. O Governo Olívio o fez sem recursos, com o Refis que aconteceu em novembro, dezembro, Ver. Oliboni, e mais, com algo que eu acredito que hoje é proibido. O Prefeito Collares tinha como Secretário da Fazenda, Fernanda, o Políbio Braga – acredita? –, no último período. O Políbio Braga tinha pedido um adiantamento de parte do ICMS. Três meses do ICMS foram antecipados para o final do Governo Collares. Por óbvio, não foi para desvios, foi para resolver problemas de caixa. Então o Olívio disse que assumiu com um recurso muito baixo no ICMS, com nenhum devedor para buscar e com um plano de carreira para pagar. Esse foi o primeiro mês do Governo Olívio.

O Governo Olívio honrou o plano de carreira, que nós – eu espero – honraremos nas votações desta Casa e na reunião de negociação que nós teremos hoje à tarde, em menos de uma hora. É disto que se trata: escolhas de gestão. Aqui, neste orçamento, certamente, o Prefeito faz escolhas: mandou para cá a LDO com a prioridade na habitação; depois, assistência, educação, cultura, uma medida feita ainda no ano passado. Não está discutindo com esta Casa, mas, sim, dizendo, nos Fóruns de Delegados, que vai resgatar as demandas do Orçamento Participativo. Nós entendemos que esse orçamento não passou por esse cunho, então eu não sei como pode o Prefeito dimensionar essas demandas.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Exatamente, mas acontece, Ver. Cassiá Carpes, que essa versão de que não tem dinheiro não é simples assim.

Eu quero terminar a minha discussão do Orçamento dizendo que há, sim, dinheiro. No mês de setembro, foram R\$ 429 milhões de arrecadação; no mês de agosto, foram R\$ 450 milhões. Foram arrecadações maiores do que dos meses de março e abril quando ele não parcelou salário. Então algum dinheiro há. A folha de pagamento é de no máximo de R\$ 170 milhões. Ela está abaixo de 50% do que é a receita.

Portanto, há dinheiro, há é que se fazer escolhas. Se, na época do Prefeito Olívio, ele optou em pegar empréstimo no Banrisul e honrar, ele poderia dizer que a Câmara era a irresponsável, que o Prefeito anterior tinha sido irresponsável e que ele não ia pagar aquele plano, mas ele pagou! Então todo orçamento público é uma escolha. Entendo que nós teremos que fazer emendas para corrigir áreas que estão desprestigiadas, eu acabei de assinar uma. Não acho que é real, certo e correto a Cultura, neste ano, por exemplo, absolutamente, não ter nenhum recurso. O próprio Secretário Alabarse disse que é só PPP na cultura, mal e mal o custeio básico da máquina e o pessoal. Nenhum recurso este ano! No Fumproarte, há um pagamento de dívidas anteriores numa miséria de R\$ 200 mil! É o primeiro ano, em 30 anos, que não haverá edital do Fumproarte. Imaginem em que pé está a cultura em Porto Alegre!

Então há que se olhar com cuidado, porque se nós temos R\$ 450 milhões em média por mês entrando na Prefeitura de Porto Alegre, uma parte disso é pessoal e não dá para mexer, mas no resto todo precisa ter uma democratização na forma como gastar. Mais ainda em tempos de penúria, mais ainda em tempos de crise econômica. Convide a Cidade, dialogue com a Cidade para não errar nas prioridades. O que o Prefeito escolheu até hoje, neste ano, é desastroso! Não é porque eu tenho essa opinião, é porque estamos com uma greve dos municipais há 21 dias. São 21 dias de paralisação de serviços essenciais e serviços fundamentais na cidade de Porto Alegre. Isso é um desastre de gestão. É um desastre das escolhas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que este é um momento importante, para podermos discutir o que estima a receita e fixa a despesa no Município de Porto Alegre para o exercício econômico e financeiro de 2018. Eu não teria tempo aqui para discorrer de tudo isso aqui. Mas vou pegar desse Projeto de Lei Orçamentária de 2018 a mensagem que o Prefeito manda para cá, que aqui já diz, já dá uma noção do que quer o Prefeito para o orçamento de 2018. Mas quando eu vejo a Ver.^a Sofia falar aqui em Orçamento Participativo – eu me lembro bem, já estou no terceiro mandato aqui nesta Casa –, quando falavam em Orçamento Participativo lotavam as galerias, e achavam que aquilo ali seria a solução imediata de todos os problemas da Cidade. Mas como fui Secretário de Obras na mesma geração do João Bosco, do Cecchim, de vários, o Cassio que está aqui, trabalhamos juntos, quando nós assumimos a SMOV, a 3ª Perimetral estava parada. O BIRD não mandava dinheiro, o dólar estava lá em cima, e consequentemente, descobrimos ali que as obras do Orçamento Participativo eram desse alto índice do dólar que vinha do BIRD, ou seja, a Prefeitura fazia contrapartida de 30%, o dólar estava alto, sobrava dinheiro, e ia para o Orçamento Participativo. E o PT fazia festa na Cidade. A coisa começou a ficar feia; o dólar começou a baixar, com a crise mundial, a

Prefeitura começou a quebrar, não tinha como fazer a contrapartida dos 30% mais. E onde que estourou? No tal de Orçamento Participativo. Não tinha como fazer as obras do Orçamento Participativo, e aí o PT ruiu na Capital. Começou a prometer, prometer, isso que a Sofia continua dizendo aqui. Vamos prometer lá no Orçamento Participativo. Não tem mais condições de prometer. Isso não é promessa, isso é engodo, é mentira no Orçamento Participativo. O que a Cidade precisa é ser tratada unanimemente, equanimemente, para que possamos fazer, às vezes, até pequenas obras que são importantes na Cidade, Ver. Tarciso. Mas o Prefeito diz, na sua proposta, para o ano de 2018: “Hoje apresentamos a expressa real situação das contas do Município, trazendo de forma transparente um déficit de R\$ 708 milhões”. Aí ele cita que com a insuficiência de recurso e o elevado gasto de pessoal que vem crescendo, é natural, tu tens que arrecadar mais. Não pode, em duas pontas, uma ficar para baixo e a outra crescer; têm que andar equanimemente, equacionadamente num equilíbrio financeiro do Município. E diz mais: a situação de extrema dificuldade das contas públicas que vivenciamos é fruto de decisões equivocadas das administrações anteriores, e hoje temos um cenário no qual a Prefeitura gasta mais do que arrecada. Diz mais o Prefeito, que desde o início da gestão o Executivo vem adotando medidas para fazer frente ao rombo nas contas, fazendo o que precisa ser feito para mudar esse cenário, entre elas destacamos a redução de secretarias: é verdade, esta Casa aprovou a mudança de 37 para 15 secretarias. Mas estamos sempre falando e quero salientar mais uma vez, isso não quer dizer que as demandas da sociedade serão com secretarias compostas e bem concretizadas. As secretarias, no meu entender, estão sucateadas, enquanto acerta o Prefeito em diminuir para 15, erra quando funde algumas que não têm nenhuma peculiaridade com outras. Isso está trazendo um problema sério para a sociedade. Nós ouvimos secretários falarem aqui e questionei, neste microfone, como, por exemplo, o DMLU, a DCVU, que ninguém sabe o que é, mas nós sabemos – Divisão de Conservação de Vias Urbanas, que era da SMOV e agora está lá na outra. Pegamos a SMIC, que está junto com o Turismo, com a SMURB, que antes não era SMURB nem EdificaPOA. Isso era tudo na SMOV, concentrado naquele prédio onde tinha a SPM – Secretaria de Planejamento Municipal –, essa é que existia verdadeiramente, e aí inventaram a SMURB e a EdificaPOA. Foi um caos, é um caos, a Cidade não se encontra mais.

É importante nós dizermos isso. Nós votamos 15 secretarias, mas essa aglomeração, trazendo secretarias que não têm nenhuma convivência, nenhuma peculiaridade com outra... O DEP e o DMAE, a parte boa foi para outra. Esse será o grande gargalo, a grande dificuldade de o Prefeito Marchezan administrar a Cidade. Voltamos a frisar: 15 está bem, mas não dessa forma, conciliando coisas que não têm nada a ver para consolidar questões da nossa Cidade.

Vou mais adiante. Diz aqui o Sr. Prefeito: “corte em número de cargos de CCs”. Tem que cortar mais, Sr. Prefeito! Corte mais cargos de CC, tem muito CC ainda. Tem CC bom? Claro que tem CC bom, trabalhador, honesto, correto, mas tem muito ainda, dá para cortar mais. Vai além o Sr. Prefeito: “revisão de contratos e licitações”. Está certo, tem que fazer uma revisão. Cada Prefeito tem a sua autonomia, a sua

prerrogativa de fazer na apresentação de projetos, como a prévia da Revisão Geral da Planta de Valores. Aqui ele já contava com o dinheiro da planta de valores do IPTU para sanar com o dinheiro da população naturalmente os cofres da Prefeitura. Aqui está escrito, está dito. Esta Casa, porque é soberano o plenário, aprovou o aumento de teto do Estado para a Fazenda, PGM. Automaticamente, ouvi aqui a Fazenda dizer que ia recuperar o Município financeiramente. Mas é aumentando imposto? Só essa alternativa? E os imóveis que a Prefeitura tem espalhados pela Cidade são convincentes, estão bem alugados, pode vender, pode fazer patrimônio? Tudo tem que ser analisado. Então, o IPTU seria a salvação que esta Casa, com toda a sua legitimidade, a sua prerrogativa não deixou, porque seria penalizar mais uma vez o cidadão porto-alegrense, e isso a Câmara, com toda a sua prerrogativa, não apoiou. Por isso a Câmara é o Legislativo, para fiscalizar e automaticamente – por que não? –, consertar, inserir, dentro de algum plano, como o Projeto de Lei Orçamentária de 2018, através de emendas, faz parte do Legislativo. Essa é a prerrogativa nossa, Ver. Alex.

Vou adiante: de outro lado, o Governo está indo em busca da eficiência da receita, que é o que a Fazenda deve construir dentro de Porto Alegre, porque as Fazendas são muito conservadoras – no Estado é assim, na Prefeitura é assim. Elas acham que sabem tudo, podem fazer tudo, mas querem aumento cada vez mais para as suas agremiações, que são pequenas, mas que levam à parcela grande do orçamento do Município. De outro lado, o Governo também busca eficiência na receita, implementação em ações com a negativa de devedores – tem que negociar com devedores, tem muitos devedores em Porto Alegre que querem negociar. Esta Casa aprovou aqui o Refis, se não me engano com 70% dos juros sendo anistiados. Então tudo isso é importante. Foi dito: “Em outra frente, nosso esforço se traduz com aumento de investimentos em áreas prioritárias.” Tem que fazer prioridade! Qual é a prioridade deste Governo? Ainda não sabemos! Estamos precisando que tenha, logicamente, dito claro para sociedade qual a prioridade deste Governo. Na saúde, para complementar, foram aplicados R\$ 822 milhões, já que o ano passado foram R\$ 784 milhões, portanto vamos ter mais na saúde. Na educação, os recursos destinados no primeiro semestre ficaram em R\$ 550,9 milhões, frente a R\$ 487 milhões do ano passado, 2016. Para a segurança pública, foram despendidos R\$ 25 milhões só no primeiro semestre de 2017, antes R\$ 21,9 milhões eram destinados ao ano de 2017.

Quero agradecer. Fiz aqui um arrazoado, uma simplificação desse projeto de lei de 2018 que nós vamos ampliar, mas não teria condições aqui, em dez minutos... Assim, fiz algumas conclusões, tomei algumas decisões, opinei, como é, sem dúvida, Ver. Carús, a nossa intenção. E esse resumo eu espero que depois nós possamos, para concluir, fazer a efetivação do orçamento. Isso é muito importante! A efetivação do orçamento, aquilo que se gasta, aquilo que se aplica, porque aqui está uma peça orçamentária que ainda não foi executada, a não ser aquilo que eu li anteriormente num cotejamento com o ano passado. Nós precisamos estar atentos e ajudar a Prefeitura a fazer uma bela administração, mas para isso nós temos que ver aquilo que é realmente efetivado na Prefeitura para 2018. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, uma pena que a discussão sobre o orçamento para 2018 acabe sendo encoberta por outros problemas que o Poder Executivo tem sido incapaz de resolver. Um deles é a greve dos municipais. O que importa para a população de Porto Alegre é efetivamente saber – apesar das dificuldades financeiras, que são enormes, e nós sabemos e conhecemos todas – o quanto será investido naquelas áreas mais importantes e que são mais reclamadas. O Governo anuncia, quando fez aqui a entrega formal da Lei Orçamentária para 2018, que vai ter ampliação de recursos para área da saúde em 12%, se não me engano; 21% para área da segurança; e quase 3% para área da educação. Sou obrigado a reconhecer que são ampliações importantes em áreas importantes. Agora, a ampliação do investimento nessas áreas servirá para quê? Na saúde, para chamar os concursados que aguardam e necessariamente têm que aportar mais recurso humanos na rede básica, nos pronto atendimentos e nos hospitais que são administrados pelo Município? Ou simplesmente vai servir para ficar fazendo aplicativo chamando voluntários para área da saúde? Isso nós temos que saber! E é papel da Câmara, prerrogativa, cláusula pétrea desta Casa e de qualquer Parlamento fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, principalmente aqueles que nós apreciamos, votamos e aprovamos aqui no plenário. O mesmo vale para segurança. Ontem ainda fiz uma referência a uma omissão de nove meses da Secretaria Municipal de Segurança em desenvolver ações conjuntas com a FASC e com a própria Brigada no Viaduto Otávio Rocha. Se alguma coisa está acontecendo ali se deve ao comando da Brigada Militar, porque se não fosse pela Brigada, em junho, não teria sido presa a primeira quadrilha que liderava o tráfico de drogas no viaduto. O que acontece? A Prefeitura não é capaz de fechar uma porta que é o esconderijo da marginalia e é também o local onde eles escondem as mercadorias que são roubadas dos moradores, dos comerciantes, e das pessoas que circulam ali pela Otávio Rocha. Outro dia o Prefeito Marchezan esteve na rádio Bandeirantes – um espaço quase semanal que ele tem agora lá –, e se falou em segurança. Junto dele estava o Secretário Kleber. Por uma hora, o Secretário Kleber falou três minutos, enquanto que todos os outros questionamentos dos ouvintes foram respondidos somente pelo Prefeito. E um deles, o qual julgo da maior importância, não me senti contemplado com a resposta: quais são as providências já adotadas pelo Poder Executivo, uma vez que foi o primeiro Município gaúcho, Ver. Nedel, a aderir ao SIM, que é o Sistema de Segurança Integrada com os Municípios, lançado pelo Governo do Estado? Quais foram as providências? O que o Município já aportou de providências para aderir ao Sistema Integrado lançado pelo Governo do Estado? Eu imagino que já tenha adotado alguma, mas nós queremos saber quais são! A Secretaria Municipal de Segurança não tem o dever de informar só à Câmara, mas à sociedade o que ela já fez objetivamente, uma vez que Porto Alegre foi aderente ao Programa de Integração da Segurança com o Estado, não sabemos.

Na questão da educação, assim como é também na saúde, há uma demanda enorme por recursos humanos. Se essa ampliação vai representar a falta de servidores naquelas escolas municipais em que o professor tem que sair da sala de aula para atender a demanda administrativa, nós também queremos saber.

E, por fim, tenho uma dúvida, e a compartilhava há pouco com os colegas de bancada e em outras oportunidades, e falo com autoridade de quem votou a favor da reforma administrativa, das suas duas etapas, tanto em janeiro, de forma extraordinária, como, depois, no mês de maio. Se o Prefeito, nos veículos de imprensa, nas suas manifestações públicas diz que, em decorrência da reforma – que nós votamos a favor e apoiamos, não estou aqui fazendo o discurso da crítica pela crítica, ou do quanto pior, melhor –, foram economizados, na prática, com a redução de 22 secretarias, cerca de R\$ 500 milhões, eu imagino que isso deva se refletir na Lei Orçamentária para o ano que vem. Mas mesmo assim o déficit apresentado pela LOA é de R\$ 700 milhões, então essa é uma dúvida que no debate será feito sobre o orçamento do ano que vem. Esta Casa terá que esclarecer à população, porque, de um lado, o Executivo diz: “Economizei R\$ 500 milhões com a redução da máquina pública” – o que é muito bom! Então que essa economia seja revertida em favor de melhores serviços para a população, mas, por outro lado, o déficit continua de 2017. Nós temos que, neste debate aqui, não esclarecer entre nós mesmos essa confusão de números, mas esclarecer a sociedade desse aspecto.

Por fim, quero aqui colocar que, na reunião que houve aqui de entrega do orçamento, com a presença do Sr. Prefeito, o Ver. João Carlos Nedel, que é o relator da lei orçamentária designado pela Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, fez uma observação democrática sobre a apresentação das emendas. Sinceramente, tenho trabalhado não só com a bancada, mas com a minha equipe do gabinete, na construção de algumas emendas. Obviamente, não vou me prestar a fazer qualquer protocolo de emenda demagógica, mas nós podemos fazer, sim – e isso é exercício de autonomia do nosso Parlamento, do Poder Legislativo –, emendas que vão contribuir para a melhoria do projeto. Se nós temos entendimento de que alguns recursos aplicados em determinadas áreas podem ser aplicados em outras áreas que estão com maior déficit, com maior dificuldade, por que não fazê-lo? Já foi assim na discussão do Plano Plurianual, foi assim mais recentemente na discussão da LDO, e o Ver. Idenir Cecchim, relator do PPA, e o Ver. Airto Ferronato, relator da LDO, foram altamente democráticos e permitiram que essas emendas suscitassem debates importantes sobre as diretrizes orçamentárias de Porto Alegre, aqui neste plenário. Nós queremos um orçamento real, não queremos um orçamento fictício. A transparência não pode ficar só no discurso, ela tem que se traduzir e se materializar. Nós queremos que a população conheça aquilo que os Vereadores estão votando de acordo com a proposta original do Executivo, porque, no fim das contas, Porto Alegre, comparada com outras capitais brasileiras – e nós fizemos essa discussão também quando se apreciou a revisão da planta do IPTU – foi a que menos sofreu influência da crise econômica nos últimos anos. Tivemos resultados positivos de arrecadação no ISS, resultados positivos de arrecadação no ITBI.

Resumidamente, na apreciação da peça orçamentária para 2018, nós queremos saber se até agora se fez um discurso de crise ou se, realmente, enfrentaram os problemas orçamentários e financeiros da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período da Ordem do Dia. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, eu achei que o Ver. Oliboni fosse discutir o Orçamento, mas eu quero usar a Liderança de hoje para fazer um agradecimento da nossa bancada, acho que é importante, um reconhecimento, Presidente Cassio, que esta Casa tem feito diante da crise e do impasse da greve do funcionalismo. Quero fazer isso, fiz isso por escrito, coloquei em um artigo que saiu no jornal Sul21 esta semana, porque acho que, como nunca, a Câmara Municipal tem suprido ou tentado suprir a falta de diálogo, a falta de habilidade, o desprezo e a incapacidade de perceber o quanto os funcionários municipais podem ser parceiros de uma gestão para enfrentar a crise e o tratamento que tem dado o Prefeito a eles.

Eu dizia ao Vice-Prefeito, na nossa reunião de sexta-feira, que nenhuma notícia boa foi dada durante o ano todo para os municipais, Ver. Janta. Começou o ano com a intervenção na educação; hoje ainda, uma professora aposentada, que é avó das crianças da Santo Expedito, me denunciava que não tem janta, que as crianças pequenas, Ver. Adeli, de turno integral, às 17h, são mandadas para casa, por falta de pessoal e não recebem janta. Chegam varadas de fome em casa, porque comeram uma fruta às 13h e uma bolacha no meio da tarde, gente! A ponto de estarmos com menos alimentação para as crianças! Quer dizer, esse desprestígio, esse enfrentamento da rotina escolar, essa imposição de uma nova rotina, em nome do quê? Não se sabe, porque não se sabe que projeto pedagógico que tem. Esse enfrentamento com o parcelamento de salário, que não está comprovado que era necessário; ao contrário, a Justiça disse que ele não deveria acontecer, o Governo não comprovou.

Ora, diante de tudo isso, a Câmara Municipal tem mostrado uma grandiosidade sem par, mesmo que nós tivéssemos sido frustrados, alguns de nós, com a votação na quinta-feira, de Lideranças. E eu quero que os senhores e senhoras entendam que nós apostávamos que a Câmara tomasse uma medida mais dura: ou votar imediatamente ou não priorizar este ano, porque o Prefeito sequer, em 16 dias de greve, tinha recebido os municipais, apenas houve apenas uma reunião mediada pela Câmara com o Vice-Prefeito, significando uma ausência total de diálogo, com a qual nós não podemos ser coniventes! Não o Legislativo, que dá pluralidade à Cidade, que está

percebendo o desastre que é uma greve nesse tamanho na cidade de Porto Alegre. Por exemplo, o DMAE, que nunca vi tão envolvido numa greve; a saúde está envoldidíssima na greve. As consequências podem não ser visualizadas, Ver. Oliboni, imediatamente, mas, com certeza, elas são muito graves.

Então, quero usar nossa Liderança, e hoje temos uma reunião, para valorizar todos os movimentos que esta Câmara fez: votou uma comissão especial, recebeu os funcionários aqui muitas vezes, recebeu na reunião de Lideranças o comando de greve muitas vezes, não questionou o tamanho, foram 10, 12, 15 pessoas, com funcionários lá fora, com funcionários aqui nos corredores e conseguiu um bom diálogo. A Câmara está extremamente respeitada pelos municipais. Cada Vereador aqui tem recebido muitas comissões. E isso permitido que os municipais conheçam a Câmara, conheçam os Vereadores, Cecchim; Vereadores desconhecidos, Vereadores que não tinham relações – Vereadores novos, obviamente – com os municipais receberam municipais de todas as categorias. Eu me orgulho desta Câmara. Por mais que a gente aqui esteja muitas vezes com posições diferenciadas, é outra postura, é uma postura à altura da cidade de Porto Alegre, à altura do problema que é uma greve, à altura da demanda da população, à altura da demanda do conjunto do funcionalismo e da história da cidade de Porto Alegre.

A minha liderança, a Liderança do PT, neste momento, reconhece os esforços que a Câmara vem fazendo. Reconhece e agradece. E aposta no sentido de este esforço sirva de exemplo para o Prefeito ter vergonha da sua postura de não diálogo, de não encaminhamento, de não construir soluções mediadas num momento tão difícil, em que aos municipais está se pedindo só e só, desde o início do ano, sacrifício; nenhum conforto, nenhuma valorização, nenhum apoio, nenhum carinho, nenhum agradecimento; ao contrário, assédio, xingação, desprestígio, parcelamento e projetos que acabam com sua carreira.

Então, acho que, desta vez, o Legislativo está nota 10 e deve se orgulhar disso e deve ajudar o Executivo a mudar de postura para o bem da nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h40min.)

* * * * *